
EDWARD B. CHILCOTE
New School for Social Research

RONALD H. CHILCOTE
University of California, Riverside

A Crise do Marxismo: Apreciação de Novas Tendências (*)

95

O presente artigo explora a problemática da crise do marxismo, discutindo as suas raízes e a sua relação com as ideias e as práticas dos intelectuais e seus movimentos. Analisando as tentativas principais para superar essa crise — a teoriza-

ção althusseriana, nos anos sessenta, e as orientações várias das décadas de setenta e oitenta — defende-se que ela tem constituído, em si própria, um importante factor de renovação.

ESTE trabalho desenvolve-se a partir da problemática fundamental da crise do marxismo, explorando as raízes dessa crise e discutindo o modo como o capitalismo e o socialismo têm afectado o discurso dos intelectuais de esquerda. A nossa tese principal sugere que, embora essa crise se tenha agudizado com a estagnação do capital, o final do período de expansão do pós-guerra e o impasse do socialismo burocrático, ela também radicou na mutação ao nível das ideias e práticas dos intelectuais e dos seus movimentos, na medida em que elaboraram teorias e metodologias para interpretar e analisar as mudanças de condições no mundo real, propondo estratégias que garantissem o progresso. No esforço feito para resolver a crise

(*) Este ensaio foi originalmente apresentado no Congresso Internacional "Marxism Now: Traditions and Difference", que decorreu na Universidade de Massachusetts, Amherst, de 30 de Novembro a 2 de Dezembro de 1989. A revisão do texto original beneficiou das críticas e sugestões construtivas de Stephen Cullenberg, Bruce Roberts e John Roche. Edward B. Chilcote é aluno de pós-graduação do programa de doutoramento em Economia da New School for Social Research e Ronald H. Chilcote lecciona Ciência Política e Economia Política na Universidade da Califórnia, Riverside. (Revisto em Julho de 1990; revisão final em Janeiro de 1991.)

houve duas tentativas principais para revitalizar e renovar o marxismo: a primeira ocorreu com a intervenção de Althusser, nos anos sessenta, e a segunda, com várias novas orientações, nos anos setenta e oitenta. O nosso trabalho identifica em primeiro lugar as origens da crise, examina sucintamente o impacto de Althusser e concentra-se numa apreciação crítica dos pontos fortes e fracos de três novas orientações (pós-marxismo, marxismo analítico e novo marxismo estruturalista) que se desenvolveram a partir de Althusser ou que a ele se opuseram. Defendemos que, embora nenhuma delas resolva adequadamente o problema básico da crise marxista, a própria crise tem estimulado a reflexão e proporcionado uma abertura para a renovação do marxismo, tanto através de um retorno ao estudo das ideias e do método de Marx, como através do reconhecimento de que o marxismo deve ser relacionado de forma mais directa com as condições sociais em mudança.

1. Origens da crise

As mudanças de condições afectaram a crise, tanto dentro do capitalismo, como do socialismo, desde o final da Segunda Guerra Mundial. A economia capitalista internacional foi extraordinariamente marcada pelo final do período de expansão do pós-guerra, em 1974, e pela estagnação do capital. As condições que permitiram aos Estados Unidos atingir a hegemonia mundial depois da guerra foram debilitadas pela derrota no Vietname, a corrida aos armamentos, o declínio da capacidade de produção, especialmente de ferro e aço e indústria automóvel, e a diminuição do impacto das principais inovações tecnológicas. Paul Kennedy (1987) refere-se no seu *bestseller* ao declínio do império americano. Joyce Kolko (1988) observa que a economia capitalista mundial tem sido sistematicamente reestruturada sob a forma de luta imperialista e de luta de classes, em que os estados capitalistas competem à escala mundial pelo capital contra o trabalho. Por contraste, a ascensão dos regimes socialistas desenvolveu-se, quer através de revoluções internas que deram origem a uma transformação radical da vida económica, política, social e cultural (Rússia, China, Cuba, Nicarágua, Coreia do Norte, Vietname, Jugoslávia), quer por imposição de instâncias superiores segundo orientação soviética (Europa Central e de Leste). Miliband lembra correctamente que Marx defendeu a subordinação do Estado ao poder popular e social, que Lenine advertiu contra “a deformação burocrática” e que Estaline impôs os padrões

autoritaristas que serviram “uma grande burguesia de Estado e uma pequena burguesia [...] que gozavam de poderes e privilégios consideráveis”. As recentes reformas constitucionais na União Soviética, Polónia, Hungria e outros países são apenas o prelúdio do fim “desta horrível perversão do socialismo,” segundo Miliband, e os socialistas virão a constituir como que um grupo de pressão à esquerda da nascente social-democracia para conter os excessos cometidos pelos seus parceiros burgueses (1989: 55-56). Assim, o problema essencial na maior parte dos países socialistas tem sido a falta de espaço político, juntamente com a incompetência e ineficácia burocráticas na produção e distribuição de recursos, o que tem exigido estratégias experimentais em relação ao mercado (Elson, 1988).

97

Estas modificações têm influenciado o pensamento dos intelectuais de esquerda na sua procura de soluções práticas. Segundo Eric Hobsbawm (1989), a esquerda hoje em dia não entende a nova situação mundial, necessitando de se adaptar ao mundo em mudança através da formação de uma coligação de todos os democratas à volta dos partidos de massas de esquerda que ainda subsistem. No seu estudo do declínio da esquerda intelectual desde o final da década de sessenta, Barbara Ehrenreich (1989) atribui a passividade da esquerda a uma hierarquia de diferenças de geração entre os velhos esquerdistas, que dominam as organizações existentes, e os novos esquerdistas, que são relegados para posições inferiores de participação. Ela refere também a academização do marxismo e a absorção de muitos intelectuais de esquerda pela academia, onde estão menos disponíveis para discussões sobre questões de teoria e estratégia com esquerdistas que não pertencem à academia. Ehrenreich apela para a desmistificação do processo de produção intelectual. Outros observadores salientam as orientações ambíguas da nova esquerda desde 1968 (*vide* Flacks, 1989; Isserman, 1987; Gitlin, 1987; e Miller, 1987, para opiniões retrospectivas de pessoas envolvidas no movimento e seu fim). Russell Jacoby (1987) também delinea estes temas na sua condenação da academia e declínio dos intelectuais radicais “públicos”. Perry Anderson (1983) descreve a mudança do envolvimento intelectual de uma linha partidária ou sindical, no período inicial e durante os anos trinta, para o envolvimento com instituições de investigação e universidades, nos anos cinquenta e sessenta. Esta tendência foi particularmente evidente em França e mais

tarde em Inglaterra. Nos Estados Unidos, a fuga a um discurso marxista por parte dos intelectuais de esquerda é um fenómeno cíclico que remonta a acontecimentos ocorridos desde a Revolução Russa; a mudança de muitos intelectuais para a direita, para tendências sociais-democratas e neo-conservadoras, foi uma consequência das purgas estalinistas de 1934-1936, da ascensão do McCarthismo no início dos anos cinquenta e do impacto do capitalismo avançado. Alexander Bloom (1986), Terry Cooney (1986) e Alan Wald (1987) também nos dão um retrato desta esquerda e dos seus compromissos dissidentistas desde os anos trinta. No seu estudo sobre os intelectuais da União Soviética, Boris Kagarlitsky (1988) descreve o papel da intelectualidade, a afirmação do Estado russo antes e depois de 1917 e a forma como os intelectuais foram geralmente marginalizados pelo sistema. Ele refere-se à crise ocorrida depois de 1968, ao desencanto com o socialismo e à estagnação da produção das ideias e da cultura.

A mudança do discurso intelectual pode ser atribuída a marxismos alternativos, remontando ao pensamento e aos escritos de Marx e seus seguidores. A figura 1 traça algumas das influências históricas que derivam destes marxismos. Assim, o filosofismo crítico e o individualismo analítico provêm dos primeiros escritos de Marx através de Lukács, Sartre e outros, até interpretações recentes que salientam o papel do indivíduo e da escolha; por sua vez, o colectivismo materialista e o estruturalismo derivam dos escritos da maturidade através de Lenine, Estaline e Trotsky, até interpretações recentes que continuam a salientar a estrutura no marxismo. Immanuel Wallerstein sugere um contexto histórico diferente que inclui um período utópico do marxismo, da década de 1840 a 1883; um período ortodoxo em que o Partido Social-Democrata alemão rejeitou o pensamento utópico, de 1880 a 1920, e em que os bolcheviques codificaram um conjunto de ideias, de 1900 a 1950; e a época presente, de "um sem número de marxismos" (1986: 1295-1308). Segundo Enrique Dussel (1990), a controvérsia fundamental do marxismo data da publicação, em 1932, dos *Manuscritos Económicos e Filosóficos de 1844* e dos *Grundrisse*, em 1939, uma vez que estes escritos de juventude e de transição revelam o contraste entre o método de Marx, com a sua estrutura crítica e científica, e o estalinismo ortodoxo e dogmático, prevalecente na época. A nossa própria interpretação, derivada dos debates dos

anos trinta, aponta para três marxismos. Um deles é constituído pela obra de Georg Lukács, Herbert Marcuse e a Escola Alemã de Frankfurt, por escritores da Europa do Leste como Adam Schaf e Leszek Kolakowski e pelo eurocomunismo. Esta forma de marxismo, considerada voluntarista e humanista, encontra-se em sociais-democracias e socialismos democráticos e opõe-se ao marxismo dogmático. Em termos históricos, o marxismo-leninismo dogmático ortodoxo manifestou-se através do estalinismo, do Partido Comunista Soviético e do Comintern. Esta forma de marxismo é economicista, determinista e frequentemente rotulada de socialismo científico. Por último, uma forma revolucionária de marxismo manifesta-se em exemplos como o maoísmo (segundo Mao Zedong) e a Revolução Cultural Chinesa, o guevarismo (segundo Ernesto "Ché" Guevara) e a Revolução Cubana; manifestou-se claramente nos acontecimentos de Maio de 1968 em Paris e nas manifestações revolucionárias de 1974 e 1975 em Portugal. Este marxismo repudia o revisionismo soviético, a coexistência pacífica e a transição pacífica para o socialismo; é frequentemente caracterizado como ultraesquerdista e colectivista.

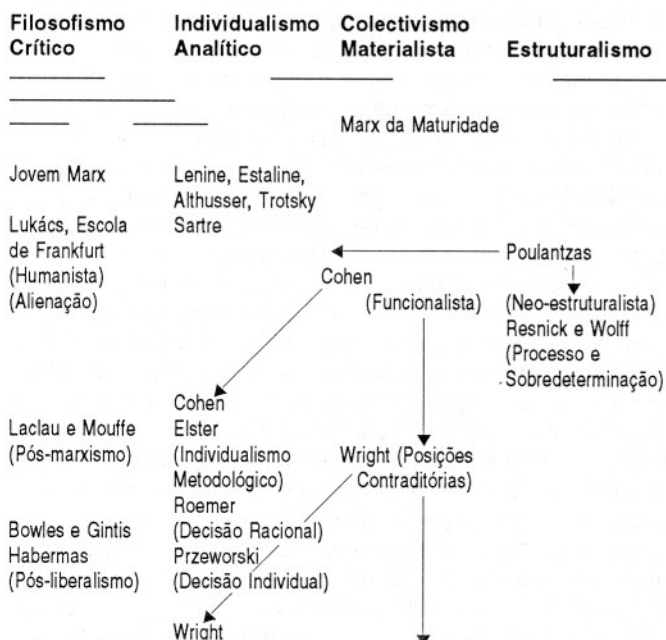


Fig. 1 — Velhas e novas tendências teóricas

100 2. A revitalização
 althusseriana
 de Marx

O resto do nosso trabalho considera dois momentos históricos nos esforços feitos para resolver a crise e o retorno a Marx, sendo o primeiro momento representado por Althusser e a ascensão, declínio e persistência da sua influência; e o segundo, por orientações contemporâneas que derivam de Althusser ou reagem contra ele e que prometem influenciar o debate sobre o marxismo até ao final do século.

A obra de Althusser representa um momento significativo no retorno a Marx e na revitalização do marxismo. Elliott alarga a discussão àqueles (Geras, 1986; Callinicos, 1976; Benton, 1984 e outros) que fizeram uma avaliação positiva do marxismo de Althusser, analisando o seu pensamento através de uma leitura crítica profunda dos seus textos (especialmente *Pour Marx* [1969] e com E. Balibar, *Lire le Capital* [1970]) e examinando os conflitos políticos e pessoais que formaram o seu pensamento (incluindo a sua posição ambígua dentro do Partido Comunista Francês, a sua crítica ao estalinismo e a sua afinidade com o maoísmo durante a Revolução Cultural). Elliott ajuda a avaliar a contribuição de Althusser para a teoria marxista: "Se as interpretações de Althusser foram problemáticas, a maioria das suas críticas foram pertinentes e vigorosas. Libertaram os marxistas de várias prisões conceptuais, restabelecendo o materialismo histórico como programa de investigação" (1987: 184). Elliott também refere a interpretação sofisticada e anti-empiricista que Althusser faz do materialismo dialéctico, a sua teoria antiteleológica de modos de produção e a sua concepção específica de ideologia. Estes aspectos positivos devem ser contrapostos aos problemas do althusserianismo: a disjunção entre a ênfase na manutenção do capitalismo e a insistência na possibilidade de o enfraquecer através da luta ideológica e política de classes; o conflito não resolvido entre o funcionalismo, através dos aparelhos de Estado, e o voluntarismo; a ampliação exagerada do papel e forma dos aparelhos ideológicos de Estado que leva ao esbatimento das distinções entre o Estado e a sociedade civil; as deficiências da sua História e das propostas de reforma do centralismo burocrático; a censura incipiente da tradição marxista ocidental; a tipologia indiscriminante do marxismo; e a reconstrução incompleta do materialismo histórico (Elliott, 1987: 225, 233, 311, 337). Elliott contabiliza ainda a "persistente produtividade e vitalidade" do programa althusseriano de investigação, identificando uma série de obras e autores

proeminentes que foram influenciados na sua investigação e nos seus escritos por Althusser, e citando, entre muitos exemplos, os estudos de Guy Bois sobre feudalismo normando e a análise do modo de produção feudal; os estudos de Robert Linhart sobre a reavaliação da questão camponesa e do trabalho industrial durante a vigência do estado bolchevique; o trabalho de Peter Schöttler sobre a aplicação das proposições sobre ideologia e luta de classes à França durante a Terceira República; o estudo histórico comparativo de Perry Anderson sobre o feudalismo e a formação do Estado na Europa Ocidental e de Leste; os estudos de Gareth Stedman Jones sobre a classe operária inglesa; os de Pierre-Philippe Rey sobre o impacto do colonialismo francês no Congo; o trabalho de Nicos Poulantzas sobre o Estado capitalista; e o de Göran Therborn sobre a estrutura e ideologia do Estado (vide Elliott, 1987: 331-335, notas 9-15, para identificação das obras principais, demasiado numerosas para citar pormenorizadamente aqui).

Em Novembro de 1977, em Veneza, Althusser proclamou formalmente a crise do marxismo. A crise representou um declínio não só do marxismo althusseriano na sua forma estruturalista, mas também do marxismo-leninismo nas suas variantes maoístas e estalinistas, e do eurocomunismo como uma "terceira via" entre o estalinismo e a social-democracia. Esta crise do marxismo simbolizou também a repúdio do marxismo pelas gerações mais velhas e mais novas da esquerda (Lucio Colletti); o cepticismo acerca de uma ruptura revolucionária com o capital (na sua derradeira entrevista Nicos Poulantzas mudou a sua perspectiva sobre o poder dual e proclamou as virtudes dos parlamentos); e a proclamação do "fim da política" (Michel Foucault).

Em França, a morte de Estaline e o conflito sino-soviético levaram a uma rejeição do estalinismo e a uma abertura do discurso marxista em duas novas direcções. Por um lado, Jean Paul Sartre e Maurice Merleau-Ponty fundaram *Les Temps Modernes* e opuseram-se ao monolítico Partido Comunista Francês; a sua tentativa de desenvolverem uma filosofia marxista ocorreu fora do partido, embora Sartre tivesse trabalhado dentro do partido durante algum tempo. Por outro lado, Althusser propôs a sua própria versão de marxismo dentro do partido, superando, segundo ele próprio, duas das linhas da teoria marxista no princípio dos anos sessenta: o economicismo, ou uma versão marxista de determinismo tecnológico; e o humanismo e historicismo que

levaram ao socialismo utópico e ao retorno a Hegel. Contudo, os debates e o renascimento do marxismo em França acabaram por contribuir para o seu declínio, de acordo com um padrão verificável em toda a Europa do Sul: "O marxismo, um paradigma que gozou de um prestígio enorme desde a Libertação, foi reduzido a uma posição marginal" (Elliott, 1987: 2).

A revitalização inglesa foi estimulada pelo trabalho de Althusser, apresentado favoravelmente nas páginas da *New Left Review* (vide 41 [1967], 1-2, 11-14, para comentários do editor sobre o ensaio "Contradição e Sobre-determinação"), e pelo repúdio influente de E. P. Thompson, cuja obra *The Poverty of Theory* (1978) ataca sistematicamente o anti-humanismo, anti-historicismo e anti-empiricismo de Althusser, caracterizando a sua filosofia como idealista, a sua teoria social como burguesa e a sua política como estalinista. Perry Anderson, em *Arguments within English Marxism* (1980), faz uma extraordinária recensão, crítica e réplica a Thompson, não tendo conseguido, no entanto, recuperar Althusser. A ascensão do marxismo em Inglaterra viria a ser reavaliada não só pelo declínio de Althusser e do estruturalismo, mas também por correntes do pós-marxismo em Inglaterra e nos Estados Unidos, lideradas por um teórico latino-americano, Ernesto Laclau, e pelo recuo dos intelectuais perante o impacto do thatcherismo e reaganismo.

3. Novas orientações na reformulação do marxismo

3.1. Os "pós-marxistas"

A noção de "pós-marxismo" tem aparecido na recente literatura teórica como a última das muitas formulações "pós" (por exemplo, "pós-burguês," "pós-económico," "pós-materialista," "pós-moderno" e mesmo sociedade "pós-socialista") que implicam uma transição das contradições da ordem burguesa, da luta de classes e dos dilemas do capitalismo para uma nova ordem racional emergente que dissipa progressivamente o impacto da ideologia e atenua os conflitos. Daniel Bell previu esta tendência ao advogar o "fim da ideologia" (1960), ao mesmo tempo que a sua tese sobre a "sociedade pós-industrial" (1976) prognosticou melhores níveis de vida e o desaparecimento das diferenças entre classes sociais através da educação de massas, da produção em massa e do aumento do consumo (vide a crítica de Frankel, 1987).

As críticas radicais destas perspectivas conservadoras e liberais não dissuadiram alguns dos teóricos de esquerda de também irem além do capitalismo. O socialismo anti-capi-

talista e utópico de Rudolf Bahro (1984) e de André Gorz (1980), por exemplo, constituem uma base para a sua busca de um mundo mais igualitário e democrático. Fred Block (1987) prevê um Estado constituído por hierarquias menos tradicionais e uma “desburocratização” pós-industrial dependente de um renovar da participação dos cidadãos na regulamentação da vida social. Samuel Bowles e Herbert Gintis (1986) procuram uma síntese democrática radical na sua defesa do pós-liberalismo e argumentam que nem o liberalismo nem o marxismo deram prioridade à democracia. Concentrando-se no modo como a ordem social existente evolui através da democracia, estes autores pós-liberais procuram a expansão dos direitos individuais através de formas tradicionais da democracia representativa e a expansão da liberdade industrial, garantindo ao mesmo tempo liberdades económicas inovadoras e democraticamente justificáveis. Vêem a democracia como o mecanismo através do qual serão atingidos os ideais socialistas sob o capitalismo. A sua filosofia política é constitucionalista, no sentido em que não acreditam que os direitos, uma vez obtidos, são irrevogáveis (*vide* Goodwin, 1990, para uma revisão crítica destas ideias). Na sua conceptualização do pós-imperialismo, Becker *et al.* (1987) tentam ir além das explicações neo-imperialistas e de dependência do subdesenvolvimento capitalista. Vêem a aglutinação transnacional de elementos da classe dominante, a integração de interesses nacionais diversos numa nova base internacional e a ascensão de uma burguesia transnacional como alternativa a uma compreensão determinista do imperialismo e à ortodoxia da dependência. Por último, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1985) movem-se em direcção a um “terreno pós-marxista” no seu apelo a uma nova política baseada num projecto de democracia radical (*vide* Chilcote, 1988, para uma discussão mais alargada destas formas “pós”).

Laclau e Mouffe são explícitos em relação à questão do marxismo: “já não é possível manter a concepção de subjectividade e de classes elaborada pelo marxismo, nem a sua visão do curso histórico do desenvolvimento capitalista” (1985: 4). As suas ideias relacionam-se especialmente com a crise dos intelectuais de esquerda na Europa. Por um lado, dá-se a ascensão e declínio do estruturalismo francês, anteriormente representado de forma tão predominante na obra de Althusser. Por outro lado, a experiência inglesa reflecte a moderação de uma posição marxista entre alguns

intelectuais e a sua retirada de algumas posições socialistas básicas. Ralph Miliband (1985) chama-lhes “os novos revisionistas” e Ellen Meiksens Wood (1986) “os novos verdadeiros socialistas.” Embora estes intelectuais difiram em muitos aspectos, parecem concordar que o primado da classe deve ser repudiado, uma vez que, segundo a sua opinião, a classe trabalhadora dos países capitalistas não conseguiu atingir as expectativas revolucionárias e o modelo de luta deve agora incorporar numerosos interesses de vários estratos, grupos e movimentos sociais. Estas ideias espalharam-se ao Terceiro Mundo, especialmente à América Latina, onde o pós-marxismo e a renovação socialista aparecem na agenda teórica, particularmente na Argentina e Chile (*vide* Chilcote, no prelo, para uma panorâmica extensa destas tendências).

As raízes do pensamento pós-marxista podem ser encontradas no desenvolvimento do eurocomunismo e eurosocialismo nos anos setenta e oitenta. Fernando Claudín, um marxista espanhol, escreve acerca da crise económica da sobreprodução, recessão e transições democráticas na Europa do Sul em meados dos anos setenta, quando o movimento internacional dos trabalhadores não conseguiu passar da crise capitalista para uma transição socialista. Na altura, os Partidos Comunistas Francês e Italiano concordaram que, embora o socialismo viesse a constituir uma fase superior da democracia, os pequenos e médios produtores agrários e industriais podiam participar na construção do socialismo; pensavam que a democratização do Estado devia cada vez mais dar um papel ao governo local e regional, a uma pluralidade de partidos e à liberdade e autonomia dos sindicatos (Claudín, 1978: 65-66). Santiago Carrillo, o líder comunista espanhol, refere a necessidade “de democratizar o aparelho capitalista do Estado, adaptando-o desta forma à construção de uma sociedade socialista” (1978: 13). Ao mesmo tempo, lembra que o valor científico do termo eurocomunismo pode ser duvidoso, que não foi cunhado por comunistas, antes é um exemplo da forma como a prática geralmente precede a teoria e a teoria é uma generalização da prática. Nicos Poulantzas, um marxista grego que viveu muitos anos exilado em Paris, aplicou uma análise de classes à teoria estrutural do Estado no seu estudo comparativo (1976) das aberturas democráticas possibilitadas pela crise e queda das ditaduras em Espanha, Portugal e Grécia. Em particular, o período revolucionário em Portugal em 1974 e

1975 pode tê-lo influenciado a abandonar uma posição leninista que salientava o poder dual, de modo a que os trabalhadores e forças populares que tinham construído a sua base de poder revolucionário fora dos aparelhos de Estado pudessem confrontar o poder estatal; em vez disto, estas forças poderiam encarar a possibilidade de uma revolução sem sangue através da penetração e ocupação de aparelhos de Estado chave. Jessop (1985) crê que esta perspectiva (evidente no último trabalho de Poulantzas — *vide* 1978a e b) pode ter inspirado alguns intelectuais de esquerda no princípio dos anos oitenta a irem além de interpretações estruturadas e a desenvolverem teorias dentro de um terreno pós-marxista. Finalmente, a obra de Claude Lefort (1986) contribui para o pós-marxismo com a sua rejeição das pretensões de cientificidade do marxismo, a ênfase na indeterminação do social e o entusiasmo pelos intelectuais envolvidos em conflitos oposicionistas.

Laclau e Mouffe tentam ir além de uma análise marxista no que Ellen Meiksens Wood (1986: 3-4) caracterizou como a sua retirada da análise de classes e a sua “des-classificação” do projecto socialista. Os seus argumentos são os seguintes: a classe trabalhadora não evoluiu para um movimento revolucionário; os interesses económicos de classe são relativamente independentes da ideologia e da política; a classe trabalhadora não tem uma posição básica dentro do socialismo; um movimento socialista pode desenvolver-se independentemente da classe; pode formar-se uma força política a partir de elementos políticos e ideológicos “populares,” independentemente de vínculos de classe; os objectivos do socialismo transcendem os interesses de classe; e a luta pelo socialismo inclui uma pluralidade de resistências à desigualdade e opressão.

O pós-marxismo de Laclau e Mouffe reflecte o pensamento intelectual que tem acompanhado o discurso político sobre a social-democracia e o socialismo democrático em países onde partidos socialistas chegaram ao poder (especialmente, França, Itália, Espanha, Portugal e Grécia) a partir de meados dos anos setenta. Este discurso tem-se centrado na transição para o socialismo, na necessidade de blocos de forças políticas de centro-esquerda para assegurar uma maioria política num quadro multipartidário fragmentado, nas reformas populares para mitigar as reivindicações das classes populares (operários e camponeses) e na tolerância para promover e desenvolver as forças de produção no presente

estádio capitalista. As realidades e pressões da política dominante tendem a obscurecer a retórica revolucionária, de tal forma que termos como luta de classes, classe trabalhadora, ditadura do proletariado e mesmo o próprio termo marxismo desaparecem do diálogo de esquerda. Mouffe afirma que a ascensão de novos movimentos sociais constituiu um desafio ao reducionismo de classes do marxismo: "É pouco provável que o marxismo venha a recuperar dos golpes que tem sofrido" (Mouffe, *in* Ross, 1988: 31). Ross aponta para o abandono extenso do totalitarismo e das proposições universais entre os intelectuais ocidentais: "a tradição marxista ortodoxa... é igualmente um discurso de universais: fundada e mantida por uma análise da universalidade das funções sociais de classes sociais específicas, especialmente a do proletariado revolucionário" (Ross, 1988: xiii).

Não há acordo crítico sobre estas perspectivas. Na revisão de uma coletânea de ensaios sobre marxismo e cultura (Nelson e Grossberg, 1988), Hartley (1989) pensa que Laclau fornece bases para a construção de uma abordagem marxista viável da política e encara o debate fundamental sobre a questão do pensamento totalizante e da prática política como conducente a uma rearticulação do marxismo. Isaac afirma que o argumento de Laclau e Mouffe "representa a tentativa mais tenaz e auto-crítica de articular uma posição pós-marxista capaz de reconhecer o significado irreduzível das relações e lutas não relacionadas com classe", mas critica-os por duas razões: primeiro, a sua ambiguidade acerca da natureza da causalidade na vida social, em que eles "prevêem apenas duas possibilidades opostas — ou uma espécie de behaviorismo marxista, ou o abandono da análise causal científica;" e segundo, "uma falta de clareza acerca do vigor da sua rejeição de uma teoria totalizante do poder" (1987: 214-216). Geras, numa réplica a um debate com Laclau e Mouffe (1987), argumenta que estes criticam o marxismo com antíteses absurdamente rígidas; que distorcem ideias importantes de pensadores marxistas; que oferecem uma teoria "conceptualmente evasiva", adaptável a qualquer orientação política, seja ela progressiva ou reaccionária; que usam uma "retórica empolada" que tende para o "obscurantismo;" e que recorrem a ideias superficiais sobre a democracia envolvidas em anti-marxismo (1988: 35).

A contradição básica da excisão das classes de uma perspectiva socialista — e o que distingue o novo pensa-

mento do marxismo — reside na ideia tradicional de que a classe trabalhadora é essencial pelo seu potencial revolucionário, devido à sua posição estrutural como a classe que produz o capital. Os pós-marxistas evitam analisar as relações de exploração entre o capital e o trabalho como essenciais à acumulação e reprodução do capitalismo como modo de produção. Mais ainda, a ênfase na política e ideologia como independentes da economia desvia a atenção da economia política que tem interessado aos marxistas clássicos e contemporâneos. O debate sobre a natureza do modo de produção capitalista já não aparece como importante. Consequentemente, as classes e a luta de classes são substituídas por uma ênfase no pluralismo político, nas organizações políticas e nos grupos de interesse. A análise do Estado pode salientar diferenças entre o bloco no poder e o povo, negligenciando a oposição entre capital e trabalho. Pode também haver uma tendência de concentração numa só ou poucas instituições políticas; a segmentação das forças políticas pode limitar as perspectivas de uma visão geral da sociedade. Os movimentos políticos que tentam entrar na corrente dominante podem ser isolados; as estratégias populistas destinadas a desafiar o poder estabelecido podem ser dispersadas e enfraquecidas pela separação de interesses específicos.

107

3.2. Os “marxistas analíticos”

Nos últimos anos apareceu uma nova tendência no discurso “marxista.” Esta tendência tem sido impulsionada por intelectuais que se autodenominam “marxistas analíticos.” Têm sido também identificados por termos como “o Grupo de Setembro”, “marxistas de decisão racional” e “marxistas subjectivos”. Intelectuais como John Roemer, Jon Elster, G. A. Cohen e Erik Olin Wright constituem este grupo de marxistas analíticos (*vide* Roemer, 1986), assim como Adam Przeworski, Pranab Pardhan e um número crescente de jovens intelectuais não organizados. Este “novo marxismo” é um marxismo único. É semelhante ao pós-marxismo na sua determinação de transcender as formulações rígidas do marxismo, de Lenine e Estaline a Althusser, mas diferente pela sua ênfase na decisão racional e pela sua adesão a alguns resíduos do marxismo. O seu ponto de partida e as suas premissas reflectem geralmente abordagens positivistas das ciências sociais. As semelhanças com a economia neoclássica são particularmente notáveis. Como a economia neoclássica, o seu modo de pensamento é organizado em

torno de preferências e decisões racionais. A teoria é construída com base em suposições behavioristas ou axiomas de decisão individual. Encontra as suas raízes na economia subjectiva de John Hicks e Kenneth Arrow, bem como em Marx.

As premissas e os fundamentos deste marxismo analítico encontram-se nas obras de Elster e Roemer. Elster (1985) concentra-se na decisão individual e Roemer (1982) salienta a dotação não equitativa de recursos. O marxismo analítico, em termos mais gerais, concentra-se em quatro áreas principais que discutiremos na seguinte ordem: decisão racional, dotação desigual de recursos, problemas de acção colectiva e teoria da História.

Primeiro, o sistema de pensamento em que o marxismo analítico se baseia é constituído pela utilidade da decisão individual em atingir objectivos. Diz-se que os indivíduos tomam decisões racionais (no seu próprio interesse). Elster, em particular, preocupa-se com o comportamento individual. Autor de muitos livros, incluindo *Making Sense of Marx* (1985), ele defende o princípio de que todas as pessoas agem racionalmente para alcançar as suas preferências. Esta abordagem, denominada individualismo metodológico, sugere que todas as explicações dos fenómenos sociais podem ser reduzidas às acções de indivíduos. Elster argumenta que esta forma de explicação supera as explicações funcionais e, neste aspecto, coloca objecções ao funcionalismo de Cohen (1978). Por exemplo, e como no caso de Roemer, Wright e Bardhan, as acções de classes são redutíveis às acções de indivíduos. Na verdade, Elster está tão preocupado em provar que o individualismo metodológico é a melhor premissa para iniciar a pesquisa social, que em *Making Sense of Marx* (1985) tenta demonstrar que o próprio Marx foi um fundador da teoria da decisão racional. A análise de decisão racional é utilizada em certa medida por todos os marxistas analíticos. A interpretação de Elster da decisão racional é rígida devido à sua falta de ênfase nos factores estruturais que entram na formação das preferências. Przeworski (1985a e 1985b), Roemer (1982, 1988) e Wright (1985, 1988 e 1989) diferem de Elster, dando maior ênfase às posições estruturalmente determinadas que influenciam os parâmetros da decisão individual. A teoria da História de Cohen (1978) salienta as forças de produção e é, portanto, essencialmente funcional. A teoria vale por si própria sem qualquer referência significativa à "decisão

racional". A utilização de Przeworski (1985b) da "decisão racional" difere substancialmente da conceptualização pura de Elster. Na sua análise das falhas da social democracia, Przeworski (1985a) salienta a falta de escolha como um fenómeno evolucionário estruturalmente determinado. É difícil situar Cohen e Przeworski neste novo paradigma, uma vez que as suas obras se centram mais nas coacções estruturais do que nas decisões individuais. Embora incluam a decisão individual na sua análise, parece quase *post facto*. Tanto nas proposições de Cohen como nas de Przeworski, a escolha existe mas é estruturalmente determinada por limites fora do domínio da decisão individual.

Em segundo lugar, o marxismo analítico concentra-se na distribuição desigual de recursos — em inglês «assets» — (vide especialmente Roemer, 1982, e Wright, 1985). Roemer refere os recursos humanos inalienáveis e os recursos alienáveis que incluem a posição privilegiada e a propriedade privada. Wright define recursos de forma a incluir aptidões e ocupações. A posse desigual de recursos é considerada como a base da exploração. Roemer argumenta que se a distribuição de recursos fosse equitativa, a exploração teria um carácter muito diferente — os agentes não seriam forçados a submeterem-se por falta de recursos. Bardhan (1983) utiliza também o conceito de recursos de Roemer para mostrar como a exploração existe em países menos desenvolvidos.

Os problemas de acção colectiva constituem uma terceira ênfase dos marxistas analíticos. Elster (1985) reitera e discute o problema do parasitismo e os problemas da acção colectiva tão frequentemente discutidos na economia neoclássica. Przeworski também salienta problemas de unidade, mas concentra-se mais nas realidades empíricas contemporâneas do que em proposições filosóficas. Roemer, Bardhan e Wright desenvolvem as suas próprias teorias de classe. Roemer e Bardhan conceptualizam cinco posições de classe, enquanto Wright prevê doze. Seguindo na esteira de Elster e Roemer em relação ao paradigma da decisão individual, no seu livro *Classes* (1985) Wright muda de uma anterior ênfase estrutural (1978 e 1984) em classes (posições contraditórias de classe) para o domínio mais subjectivo da análise de classes. Esta mudança metodológica reorienta completamente a análise de Wright no sentido do tratamento de questões das classes em si mesmas. Assim, apesar da suposta adesão à problemática de classes, a análise não se

dedica tanto a classes como a problemas de acção colectiva. O enfoque principal já não é nas classes à medida que emergem do processo do trabalho, mas na manifestação de grupos de poder político e no poder exercido pelas classes. Estas novas conceptualizações de classe são muito diferentes das noções mais ortodoxas de classe.

Por último, os marxistas analíticos dão ênfase a uma concepção materialista da História. Esta ênfase viola muitos dos critérios epistemológicos a que adere o paradigma da decisão racional. Na verdade, contradiz claramente os critérios de rigor que têm tentado manter. A ênfase na concepção materialista da História não se adapta à estrutura do resto da análise, coadunando-se melhor com o que denominamos novo estruturalismo. Discutiremos adiante as contribuições dos "marxistas de decisão racional" para o novo estruturalismo. O marxismo analítico ou de decisão racional é uma corrente forte e em crescimento, como evidenciam Carling (1988), Mayer (1989), Wood (1989) e Wright (1989). É defendida por académicos de renome nas suas áreas: Roemer e Bardhan na economia, Wright na sociologia, Elster na filosofia e Cohen na História. Todos eles têm conceituadas credenciais académicas, provêm de universidades eminentes e são considerados como estando na vanguarda das respectivas disciplinas. Não há dúvida de que estes nomes estabelecidos farão aumentar a atracção do paradigma da decisão racional nos próximos anos.

Esta forma de marxismo agrada aos académicos por uma série de razões. As suas semelhanças com a economia neoclássica e a teoria positivista permitem a interacção e o debate com as ciências sociais dominantes, o que seria impossível dentro de uma perspectiva marxista mais estruturalista. Além disto, a ênfase na aplicação estatística e nas fórmulas matemáticas é considerada legítima e atractiva pelos cientistas sociais positivistas. Elster argumenta que os marxistas deviam adaptar-se aos progressos da teoria social. De facto, trabalhar numa linguagem matemática e estatística confere uma certa aura de legitimidade à postulação de um argumento. O marxismo de decisão racional adequa-se bem ao carreirismo académico. Os jovens intelectuais de esquerda que são obrigados a trabalhar com teóricos positivistas poderão refugiar-se no paradigma da decisão racional.

Apesar da sua suposta adesão aos princípios marxistas, a literatura que surge deste paradigma tem sido dogmática

e não tem aceitado as concepções marxistas tradicionais ou estruturalistas de exploração e de classe. Em relação à tradição mais hegeliana do marxismo, Elster afirma que "estimula um raciocínio preguiçoso e sem atritos" (Elster *in* Callinicos, 1989: 48). Przeworski argumenta que muitas das assunções do paradigma da decisão racional são "insustentáveis" e que "uma teoria da acção individual deve conter mais informação contextual" (1985b: 381). Levine, Sober e Wright pensam que o marxismo deve ser uma boa metodologia científica, mas que "o individualismo metodológico não é uma boa metodologia científica" (1987: 68). De facto, parece que os marxistas analíticos têm o grandioso objectivo missionário de re-orientar a epistemologia marxista, de abandonar as antigas assunções e premissas e de converter o marxismo ao campo da análise social subjectiva. Este objectivo é manifestamente evidente nas obras de Elster e Roemer. Elster (1985) fala em adaptar as técnicas das ciências sociais "modernas." A consequência lógica é uma mudança de metodologia. O centro de interesse de Elster, a formação da preferência individual, coaduna-se bem com a teoria positivista "moderna". Por sua vez, John Roemer (1988: 47) fala em abandonar completamente as noções da teoria do valor. Este abandono limita o argumento principal mais forte para a reforma social que tem existido dentro da tradição materialista. Pode concluir-se que emerge um dogmatismo porque o marxismo mais tradicional (aquele de que não se pode fazer sentido) não cabe no âmbito do paradigma destes autores.

Contudo, no seu fervor missionário de converter o "marxismo", eles adoptaram algumas das palavras-chave do marxismo e transformaram o seu significado. Não há dúvida de que isto lhes permite dar a ideia de que estão a trabalhar dentro do marxismo e a tratar de questões com ele associadas. Duas palavras, exploração e classe, que têm estado intimamente ligadas ao marxismo, tiveram uma alteração de sentido com o marxismo analítico. A exploração já não é vista como a extracção de uma parte do dia do trabalhador pelo capitalista, mas como a manifestação de relações desiguais de recursos. De modo semelhante, segundo o marxismo analítico, a classe já não caracteriza o processo segundo o qual grupos de pessoas se diferenciam através do processo de trabalho, mas sim o desenvolvimento de grupos de pessoas em unidades colectivas. O que distingue uma classe de outra é simplesmente a dotação de recursos. Estes novos

significados atribuídos a termos “marxistas” sugerem um sistema de pensamento de facto diferente. Como sugerimos atrás, para além da suposta fidelidade à problemática da classe, este sistema de pensamento está muito próximo da economia neoclássica e das ciências sociais liberais. Roemer (1986: 199) admite esta questão: “Os limites entre o marxismo analítico contemporâneo e a filosofia política liberal de esquerda contemporânea são indistintos.” Tal falta de diferenciação não seria importante se pensássemos que as ciências sociais liberais contemporâneas superavam um marxismo mais estruturalista, mas pensamos que este sistema não corresponde aos poderes explanatórios que afirma possuir.

De facto, o raciocínio atomístico tal como é utilizado por teóricos liberais e marxistas analíticos tem um potencial explanatório limitado (*vide* Lebowitz, 1988). O sistema de pensamento adoptado por estes intelectuais concentra-se no comportamento racional dos indivíduos. O indivíduo atomista é concebido como anterior ao todo. Este indivíduo hipotético, usado como o fundamento da teoria da decisão racional, está livre de influências externas. Consequentemente, qualquer decisão que enfrenta é encarada “racionalmente.” Em termos mais gerais, a teoria da decisão racional é baseada em assunções especulativas ou subjectivas acerca da natureza humana. Diz respeito à forma como os autores esperam que as pessoas se comportem em determinadas circunstâncias. Na verdade, os autores têm uma determinada visão dos traços humanos, mas esses traços humanos, que constituem as assunções básicas de que depende toda a argumentação, não são minimamente explorados. A base em que a argumentação realmente assenta é na psicologia da mente humana. Na realidade, apesar de todas as pretensões científicas do marxismo de decisão racional, não é estabelecida uma base genuína para a determinação conclusiva das tarefas que se propõe resolver. (Para mais apreciações, *vide* Bertram, 1988, Kieve, 1988, e Smith, 1989, para críticas do uso que Roemer faz de exploração; Ruccio, 1988, para um ataque ao “feiticismo da matemática”; e Burawoy, 1989: 85, para as limitações da análise de Przeworski, em que “as relações na produção, a experiência **vivida** de classe, lhe escapam completamente.” Ellen Meiksens Wood oferece a crítica mais alargada e exaustiva do marxismo analítico, que ela considera convergente com o pós-marxismo — duas abordagens que “se iniciaram como uma tentativa de esta-

belecer o 'rigor' na teoria marxista e... que acabaram para muitos num repúdio do marxismo na teoria e na prática" [1988: 87]).

As proposições sobre a natureza humana associadas ao individualismo metodológico são geralmente rejeitadas por marxistas mais "estruturalistas." Os estruturalistas tendem a concentrar-se mais no meio que afecta os indivíduos do que na sistematização axiomática do seu comportamento. As pessoas são vistas mais como um produto do seu meio social do que como "racionais" ou predeterminadas. Argumenta-se, em geral, que as estruturas impostas pelo "sistema" reprimem os impulsos positivos e criativos do homem. O estruturalismo é um método de análise que tenta transcender o indivíduo e avaliar a estrutura relacional do sistema. O método estruturalista salienta que os indivíduos não podem ser concebidos fora do todo, uma vez que as condições sociais existentes ameaçam o dia-a-dia com a escassez e a insegurança. A multiplicidade de influências e estruturas que o indivíduo encontra afectam o modo como se comporta e toma decisões. Em oposição à ênfase da decisão racional, os estruturalistas consideram o comportamento individual como produto do meio que o indivíduo enfrenta.

O método estruturalista toma o "sistema" como o principal objecto de investigação. Argumenta-se que factos e comportamento não podem ser considerados isoladamente. As relações, o seu aparecimento e persistência constituem a ênfase nuclear do método estruturalista. Na realidade, aqueles que nós designamos por "novos marxistas estruturalistas" têm utilizado classe e produção como ponto de partida.

Existe uma longa tradição de estruturalismo, desde Marx a Althusser, Foucault e Lacan (*vide* De George, eds., 1972). Gramsci, como Marx e Engels anteriormente, estabeleceu a distinção entre Estado e Sociedade Civil; a sua ênfase na hegemonia e noutras categorias analíticas influenciou a posição estruturalista de Althusser (1971), que identificou aparelhos de Estado (repressivos, ideológicos, etc.) que permitem às classes dominantes controlar e explorar a classe trabalhadora. Poulantzas, por sua vez, considera que as actividades do Estado são determinadas pelas estruturas da sociedade e não pelas pessoas em posições de poder no Estado (1973). Godelier relaciona o estruturalismo do antropólogo francês Lévi-Strauss com o marxismo através da

3.3. Os novos marxistas estruturalistas: superação dos limites do estruturalismo

referência à ideia de base e superestrutura e às "estruturas internas" ocultas por detrás do "funcionamento visível" do sistema capitalista (1973: 336). A ideia do estruturalismo também proveio da literatura do Terceiro Mundo, obsoleta hoje em dia, sobre subdesenvolvimento e dependência (denotada por centro e periferia), representada por Samir Amin (especialmente 1976) e outros. Immanuel Wallerstein (1975) reinterpretou as origens e evolução da primeira fase do capitalismo dentro de um quadro estrutural de centro, semi-periferia e periferia, ao mesmo tempo que Pierre-Philippe Rey (1973) e Hindness e Hirst (1975 e 1977) desenvolveram análises estimulantes dentro de uma abordagem de modos de produção, a do último recenseada por Foster-Carter (1978) e por Ruccio e Simon (1986).

Alguns estudiosos marxistas preferem não ser rotulados com este legado teórico do estruturalismo. Contudo, o discurso e as categorias teóricas do estruturalismo (por exemplo, formação social, modos de produção e sobre-determinação, para citar apenas alguns) estão disseminadas na literatura marxista contemporânea. O marxismo neo-estruturalista incorpora teorias diversas e frequentemente contraditórias. Como o pós-marxismo e o marxismo analítico, esforça-se por superar as limitações das formulações teóricas rígidas, do reducionismo e da política intransigente, mas, ao contrário das outras correntes, incorpora um quadro explicitamente estrutural. Podemos ilustrar esta ênfase chamando a atenção para duas áreas principais de concentração dos estruturalistas contemporâneos: críticas das formulações clássicas da História e a problemática da classe e os dilemas a ela associados.

Os marxistas têm tendido a ver a evolução da sociedade como uma sucessão de etapas, cada uma delas com características estruturais únicas. O surgimento do capitalismo na Europa Ocidental tem sido fonte de discussão há mais de um século na tradição materialista histórica. Contudo, o significado da teoria da História de Marx tem ocasionado bastante controvérsia nos últimos anos. Os primeiros estruturalistas, como Althusser, consideram a teoria da História de Marx como apenas um aspecto do seu projecto geral teórico e filosófico. Muitas das recentes reconstruções da teoria da História de Marx podem ser vistas como uma reacção a esta tendência metodológica. G. A. Cohen (1978) e William H. Shaw (1978), em particular, tentam extrair a teoria da História de Marx do contexto filosófico e metodológico de Althusser

e advogar uma interpretação tecnológico-determinista da História.

Cohen é o principal autor contemporâneo na reformulação da teoria da História de Marx. Apresenta o materialismo histórico a partir de uma perspectiva funcionalista, concentrando-se na distinção entre forças produtivas e relações de produção. Considera as forças produtivas como constituindo o saber e as aptidões úteis em termos essencialmente técnicos. As relações são constituídas pelas instituições que de facto sustentam as forças produtivas. Cohen consegue a clareza conceptual através da defesa da primazia das forças produtivas. Ele pretende essencialmente demonstrar que existe uma dinâmica endógena que gera a mudança social segundo uma trajectória determinada. Os argumentos de Shaw são muito semelhantes aos de Cohen e, portanto, não é necessário discuti-los aqui.

A linha de pensamento representada por Cohen e Shaw é problemática no sentido em que explica funcionalmente as relações de produção através das forças produtivas existentes. Ao tratar a História desta forma, estes autores fazem desaparecer as camadas sociais e políticas tão significativas para outros estruturalistas. Na medida em que contestam a epistemologia predominante do estruturalismo e tratam de questões que outros estruturalistas consideram significativas, Cohen e Shaw apresentam um desafio ao novo estruturalismo.

Ira Gerstein reconhece a sua dívida em relação a Althusser, com a sua ênfase em totalidades e a sua adesão à teoria social holística. Ele analisa as falsas concepções comuns de modo de produção e investiga as relações dos termos modo de produção, estrutura económica e formação social, presentes na obra de Althusser e outros estruturalistas. Gerstein argumenta que é necessária a existência de algumas relações estruturais para a conceptualização do modo de produção. Pensa que assim "como necessitamos de abrir a teoria marxista e incorporar... outras teorias (da política, da ideologia, da vida do quotidiano), devemos procurar abrir as teorias estruturalistas para permitir a incorporação da acção... é necessária uma teoria estruturalista de qualquer espécie para se teorizar as limitações dentro das quais ocorre a acção individual... mas em qualquer dos casos, as teorias estruturalistas não podem ser simplesmente eliminadas em favor do individualismo metodológico" (Gerstein, 1989: 132).

A classe é também um pivot central dos novos estruturalistas. A literatura emergente sobre a problemática da classe centra-se nas propriedades estruturais das classes, nas condições da sua formação e na dinâmica das suas lutas. Em vez de investigar as complexidades dos debates das duas últimas décadas, examinaremos sucintamente as teorias propostas por Wright, Wolff e Resnick, Isaac e Burawoy.

O trabalho inicial de Erik Olin Wright (1978) sobre classes surgiu como reacção às deficiências da conceptualização estruturalista de classes feita por Poulantzas (1973). Segundo Wright, as três classes de Poulantzas (proletariado, pequena burguesia e burguesia) não apreendem adequadamente as verdadeiras relações de classe nos países capitalistas contemporâneos, pois as pessoas ocupam "posições objectivamente contraditórias dentro das relações de classe." Estas representam posições que se degladiam entre as basicamente contraditórias relações de classe. Wright identifica três posições contraditórias de classe: pequenos patrões, assalariados semi-autónomos e gerentes e supervisores. Nesta conceptualização de classes, Wright sublinha que, à medida que o capitalismo se desenvolveu, as relações de classe se alteraram drasticamente e que o modo como são estudadas deve mudar correspondentemente.

Em *Classes* (1985) Wright apresenta uma conceptualização inteiramente nova de classe, desenvolvida a partir da teoria de Roemer sobre a exploração baseada em relações de recursos. Introduce uma tipologia de doze posições de classe, tomando em consideração três formas de recursos: recursos nos meios de produção, recursos de aptidão/recursos de credencial e recursos de organização. Wright sustenta que se compreendem melhor as relações existentes entre os estratos da classe média dentro deste contexto.

Enquanto Wright responde à problemática da classe estabelecendo mais distinções entre classes, Wolff e Resnick detectam uma ambiguidade no significado de classe e defendem que ela não deve ser encarada como uma entidade estática, mas como um processo em que as pessoas participam (1986). Wolff e Resnick dividem o processo de classe em duas esferas distintas que designam como o "processo de classe fundamental" e o "processo de classe subordinado." No primeiro, a mais-valia é gerada pela classe trabalhadora e apropriada pelos capitalistas. No segundo, a mais-valia apropriada no processo fundamental é distribuída.

Eles argumentam que o marxismo tem a sua própria epistemologia característica (a que se referem como sobredeterminação), em que toda a análise é não-reducionista e anti-essencialista.

Wolff e Resnick, como Althusser, aderem ao conceito de sobredeterminação. Este conceito significa que nenhum fenómeno social possui um só determinante que possa explicar completamente esse fenómeno. Tudo é produto de tudo o resto. Aqueles que (como Wolff e Resnick) consideram as posições epistemologicamente consistentes como essenciais ao marxismo rejeitam a análise de classes de Wright e Poulantzas devido às suas premissas metodológicas. Wolff e Resnick argumentam que os indivíduos estão envolvidos em muitas actividades e que assumem muitas identidades diferentes que não devem e não podem ser definidas apenas com referência à classe. Também defendem que os vários processos não podem ser reduzidos a um ou a outro, isto é, o processo não pode ser reduzido a uma classe somente porque se está envolvido num processo ou se manifesta uma característica. Por exemplo, Poulantzas argumenta que as relações de classe existem a níveis ideológicos e políticos. Ao ultrapassar-se um conceito de classe puramente económico, dá-se ênfase às relações inter-pessoais e à dominação como principais determinantes da mudança social. Wolff e Resnick rejeitam esta epistemologia, afirmando que o processo de classe é completamente distinto dos processos culturais, políticos e sexuais. Argumentam que a teoria das classes baseada na teoria do valor (em inglês *surplus-labor theory of classes*) admite que os seres humanos podem apenas ser definidos através dos "inumeráveis processos sociais em que participam directamente" (Wolff e Resnick, 1987: 159). Esta conceptualização não reduz o indivíduo a uma classe ou posição na sociedade. Pelo contrário, reconhece que os indivíduos são seres humanos que agem e se comportam de modos únicos e individualmente específicos. Defendem que reduzir indivíduos a classes é reduzir a um só processo os muitos processos sociais que influenciam os indivíduos. A teoria das classes baseada na teoria do valor (que Wolff e Resnick defendem) rejeita a redução de indivíduos a determinadas classes sociais e o não reconhecimento da sua totalidade como indivíduos.

Jeffrey Isaac também apoia a ênfase estruturalista, advogando uma teoria marxista realista de classe e de Estado e

das ligações ao poder, confirmando que nenhuma tradição intelectual à excepção do marxismo proporciona uma tal excelência analítica. Uma análise marxista de classes proporciona uma compreensão estrutural centrada em posições económicas. No entanto, uma "análise marxista do poder de classes... não reduz todo o poder ao plano das relações de produção" (1987: 116) como afirma Hindess, ao insistir que a alternativa é entre reduzir os fenómenos políticos e ideológicos a interesses de classe determinados pela economia, ou reconhecer "a autonomia dos fenómenos políticos e ideológicos" (1978: 96). Isaac considera os novos movimentos sociais (feminismo, direitos civis, paz, ecologia) como a manifestação de antagonismos que não são de classe, mas que têm a ver com relações de poder não-classistas. O marxismo, segundo Isaac, deve abordar estes antagonismos "sem os reduzir à pobreza das relações de classe" (1987: 209). Ele pensa que uma teoria marxista crítica não deve encarar a democracia como uma ilusão, e deve ser baseada num pluralismo teórico e prático (229).

Michael Burawoy apela para que os trabalhadores sejam de novo incluídos na análise. Num estudo baseado em observação participante, ele afirma que a classe trabalhadora industrial interveio significativamente na História e que esta intervenção continuará a ser influenciada pelo processo de produção. Na sua réplica à "novíssima esquerda," ele afirma a necessidade de defender duas proposições centrais do marxismo: "a condição privilegiada da classe trabalhadora e a primazia da produção" (1985: 5). Ao mesmo tempo que critica o determinismo económico, ele defende a tese que "o processo de produção influencia de forma decisiva o desenvolvimento das lutas da classe trabalhadora" (7). Segundo Burawoy, o conceito de classe é importante para a análise do desenvolvimento e reprodução das sociedades contemporâneas, e as formas de "dominação racial e sexual são mais influenciadas pela classe em que se inserem do que as formas de dominação de classe são influenciadas pelo sexo e classe." Assim, "quaisquer tentativas de eliminar formas de dominação não-classistas devem reconhecer as limitações e o carácter da mudança dentro do capitalismo e do socialismo de Estado, considerados como sociedades de classes" (9).

Para além disto, outras formas de dominação como sexo e raça têm sido consideradas em relação à classe. As feministas marxistas têm tentado compreender a interacção das relações patriarcais com as relações de classe, no que

designam por “teoria dos sistemas duais” (Hartman, 1981). Adicionalmente, têm-se desenvolvido muitas teorias sobre a relação entre raça e classe (Marable, 1983). Nós associamos ao novo estruturalismo todas estas tentativas de compreensão dos problemas sociais contemporâneos através de uma análise marxista das classes. Ao contrário dos pós-marxistas e da orientação geral dos marxistas de decisão racional, os novos estruturalistas tentam compreender os problemas contemporâneos através de uma análise das classes. Em vez de partirem do indivíduo ou de noções abstractas de ideologia, os estruturalistas constroem a sua teoria sobre a sociedade contemporânea a partir do que eles consideram ser um sistema de estruturas baseadas em classes.

119

O nosso trabalho associou a presente crise do marxismo aos muitos marxismos no pensamento de Marx e seus seguidores. Por exemplo, a vitória da Revolução Russa estimulou muitas inovações na teoria marxista, mas a ascensão do estalinismo levou à hegemonia de um marxismo dogmático e intransigente, baseado nos escritos da maturidade de Marx, enquanto noutros países surgiam experiências socialistas a partir de práticas parlamentares com ênfase na decisão individual e na dimensão humana, experiências essas que deram atenção a alguns dos seus escritos iniciais.

Examinámos dois momentos históricos na busca de uma solução para esta crise. Primeiro, nos anos sessenta e setenta, Althusser ressuscitou o marxismo ao demonstrar como se pode transcender o estalinismo com base no pensamento da maturidade de Marx, retendo simultaneamente um quadro estruturalista. A sua influência foi substancial, mas mudanças rápidas tanto na teoria como na prática do capitalismo e socialismo provocaram desilusão e levaram ao eclipse de Althusser. Em segundo lugar, nos anos oitenta, desenvolveram-se várias correntes alternativas dentro da tradição althusseriana e em oposição a ela. Este período também representou um recuo em relação às velhas práticas intransigentes do marxismo ortodoxo e estalinista, bem como a busca de uma “nova” democracia, um “novo” socialismo e um “novo” marxismo. As tendências alternativas incluem o marxismo analítico, que se adapta aos métodos quantitativos das ciências sociais positivistas, e o novo marxismo estruturalista, que tenta superar as deficiências das fórmulas deterministas e reducionistas do passado. Ao mesmo tempo, os pós-marxistas condenam completamente

4. Perspectivas para o futuro

o marxismo, muito embora a sua busca de uma transição para uma sociedade melhor envolva geralmente a democracia representativa e o socialismo pluralista.

Afirmámos que estes três modos alternativos de pensamento devem continuar a prevalecer durante os anos noventa. Temos dúvidas que qualquer um deles, por si só, venha a resolver a crise do marxismo, mas temos esperança que, de formas diferentes, cada um deles poderá contribuir para uma compreensão melhor do que parecem ser as questões principais dos anos noventa: democracia e socialismo, abordagens evolucionárias e revolucionárias da mudança e a transição socialista. Delineamos sucintamente o desafio que nos espera.

Primeiro, a luta pela democracia e socialismo tem de enfrentar as seguintes importantes questões: a evolução de ditaduras para aberturas democráticas que empreguem práticas liberais, ao mesmo tempo que dão a ilusão de uma possibilidade socialista; a participação das classes populares, com ou sem a vanguarda de um movimento laboral ou partido proletário; e o papel decisivo dos interesses económicos capitalistas na obstrução do avanço para o socialismo. Também estará em questão o papel do processo parlamentar e a dominação dos partidos políticos, que poderão debilitar os movimentos populares e as perspectivas de uma democracia participativa alargada.

Segundo, o avanço para o socialismo tem também de enfrentar o paradoxo da utilização de uma estratégia evolucionária ou revolucionária e a avaliação do papel da classe trabalhadora na condução da revolução. Como a classe produtora e explorada, a classe trabalhadora tem um lugar no capitalismo na medida em que defende os seus interesses objectivos. Está em questão o poder dual, isto é, a organização fora do Estado para ataque aos aparelhos do Estado; ou a consolidação e o trabalho democrático de reforma do Estado liberal, actuando dentro do sistema de governo.

Finalmente, o caminho para o socialismo será difícil, independentemente do rumo ser evolucionário ou revolucionário. Mudanças rápidas nas sociedades avançadas reflectem um capitalismo em evolução e consolidação, e portanto o processo de construção do socialismo tende a ser gradual; nas partes mais pobres do mundo, pelo contrário, o nível das forças produtivas é baixo e problemas insuperáveis parecem reprimir o avanço para o socialismo e democracia. A consecução de uma transição socialista pode

necessitar de uma etapa intermédia, envolvendo formas democráticas de representação indirecta na esfera política e o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas na economia. Talvez alguns intelectuais tenham disfarçado esta realidade com concepções pós-marxistas e marxistas analíticas como meio de reconhecerem a dificuldade de implantação do socialismo devido à persistência do capitalismo e ao seu vasto impacto. Wood sublinha que estas duas tendências "são impelidas para uma política separada da âncora da História... onde retórica e discurso são os agentes da mudança social... onde todos os programas radicais de mudança são condenados ao fracasso" (1989: 88). A relutância de muitos intelectuais de esquerda em utilizarem uma interpretação estruturalista da sociedade está também relacionada com a tentativa de evitar uma análise determinista e reducionista e de favorecer um pluralismo alargado que vai além da classe trabalhadora e inclui outros movimentos sociais (como o feminista, ecologista e pacifista). Uma abordagem mais adequada poderia explicar estes movimentos sociais, bem como a classe trabalhadora.

A teoria marxista desde o tempo de Marx e Engels até ao presente período poderia ser entendida em termos da inter-acção entre movimentos revolucionários e consequentes ciclos de pensamento que variam entre a ortodoxia e as formulações abertas e ecléticas. O último ciclo desenvolveu-se a partir da vaga de movimentos de massas nos finais dos anos sessenta, seguindo-se o isolamento do marxismo das lutas de massas e uma tendência para o reformismo e a política dominante. Numa nota de optimismo, Szymanski argumenta que, quando a ortodoxia prevalece, aparecem também ideias teóricas críticas, ao passo que, quando o reformismo domina, o marxismo tende a ser menos imaginativo e perceptivo: "Pode, portanto, predizer-se que a actual predominância do marxismo aberto e reformista será invertida com uma depressão económica prolongada ou com uma guerra" (Szymanski, 1985:331).

A presente reavaliação do marxismo tem, pois, dimensões teóricas e práticas. Por um lado, a procura de novas teorias pode conduzir a inovações criativas do marxismo à semelhança das que foram propostas no rescaldo da Revolução Russa. Por outro lado, o colapso relativamente pacífico dos regimes autoritários na Europa do Sul, América do Sul e Europa de Leste, e as resultantes experiências democráticas representativas e participativas revelaram as possibilidades

da busca de uma nova sociedade democrática e socialista. Simultaneamente, o processo revolucionário na América Central mostra que nem sempre pode ser possível seguir um caminho pacífico. Portanto, o marxismo pode estar a passar por uma revitalização na teoria e na prática, ao mesmo tempo que o capitalismo internacional contemporâneo reformula o conteúdo político e económico tanto do capitalismo como do socialismo.

122 5. Pós-escrito

Este ensaio foi originalmente apresentado no Congresso "Marxism Now" no final de 1989, um período de perturbação e de reflexão na Europa de Leste, na União Soviética e noutras partes do mundo. Os organizadores do congresso ficaram surpreendidos com a presença de quase um milhar de estudiosos e com o interesse gerado por cerca de duzentos trabalhos apresentados no congresso. Alguns deles, incluindo o nosso, foram publicados na revista *Rethinking Marxism*. O nosso ensaio tenta antever as recentes sublevações no mundo socialista, situando historicamente, em primeiro lugar, a crise do marxismo nos debates que remontam ao aparecimento, nos anos trinta, de escritos inéditos do jovem Marx da sua fase inicial e da fase de transição, escritos esses que foram contrapostos à então prevalecente interpretação estalinista ortodoxa e dogmática do pensamento marxista. Algumas das questões deste debate tornaram-se evidentes mesmo antes do estalinismo e da Revolução Russa e tiveram um impacto significativo nos intelectuais, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, quando surgiram dois momentos históricos. O primeiro é representado por Althusser, que conjugou uma reinterpretação de elementos estruturais do marxismo com os conflitos políticos e pessoais que influenciaram não só o seu pensamento, mas também o de intelectuais que por toda a parte começaram a desafiar as normas estabelecidas no final dos anos sessenta e a procurar uma revitalização do marxismo. O declínio desta influência no final dos anos setenta não significou, contudo, o desaparecimento completo de Althusser e das suas ideias. O segundo momento histórico, por nós analisado com mais pormenor, reflecte a persistência da sua influência nas orientações marxistas contemporâneas que se desenvolveram por afinidade ou em reacção às suas ideias. O nosso resumo histórico pretende, portanto, demonstrar a proposição básica segundo a qual os acontecimentos do mundo contemporâneo não impediram a continuação do

debate sobre o marxismo. Continuamos a acreditar que os acontecimentos em rápida mudança do mundo contemporâneo não conduzem necessariamente à estagnação e desaparecimento do pensamento marxista, mas, na realidade, estão já a evoluir em direcção a uma revitalização do marxismo na teoria e na prática. ■

(Tradução de Maria Teresa Tavares)

Referências Bibliográficas

124

- | | | |
|--|------|---|
| Althusser, Louis | 1971 | "Ideology and Ideological State Apparatuses (Notes Towards an Investigation)", in <i>Lenin and Philosophy and Other Essays</i> . London, New Left Review and New York, Monthly Review Press, 127-186. |
| Althusser, Louis | 1969 | <i>For Marx</i> . London, Allen Lane. |
| Althusser, Louis;
Balibar, Etienne | 1970 | <i>Reading Capital</i> . London, New Left Books. |
| Amin, Samir | 1976 | <i>Unequal Development: An Essay on the Social Formations of Peripheral Capitalism</i> . New York, Monthly Review Press. |
| Anderson, Perry | 1980 | <i>Arguments within English Marxism</i> . London, Verso. |
| Anderson, Perry | 1983 | <i>In the Tracks of Historical Materialism</i> . London, Verso. |
| Bahro, Rudolf | 1984 | <i>From Red to Green</i> . London, Verso. |
| Bardhan, Pranab | 1983 | <i>Land, Labor and Rural Poverty: Essays in Development Economics</i> . New York, Columbia University Press. |
| Becker, David G.;
Frieden Jeff;
Schatz Sayre P.;
Sklar L. Richard | 1987 | <i>Postimperialism, International Capitalism and Development in the Late Twentieth Century</i> . Boulder, Lynne Rienner Publishers. |
| Bell, Daniel | 1960 | <i>The End of Ideology</i> . Glencoe, Free Press. |
| Bell, Daniel | 1976 | <i>The Coming of Post-Industrial Society</i> . Harmondsworth, Penguin. |
| Ted, Benton | 1984 | <i>The Rise and Fall of Structural Marxism</i> . London and New York, St. Martins. |
| Bertram, Christopher | 1988 | "A Critique of John Roemer's Central Theory of Exploitation", <i>Political Studies</i> , 36, 123-130. |
| Block, Fred | 1987 | <i>Revising State Theory: Essays in Politics and Postindustrialism</i> . Philadelphia, Temple University Press. |
| Bloom, Alexander | 1986 | <i>The New York Intellectuals and their World</i> . Oxford, Oxford University Press. |
| Bowles, Samuel;
Gintis Herbert | 1986 | <i>Democracy and Capitalism: Property, Community, and the Contradictions of Modern Social Thought</i> . New York, Basic Books. |
| Burawoy, Michael | 1985 | <i>The Politics of Production. Factory Regimes under Capitalism and Socialism</i> . London, Verso. |
| Burawoy, Michael | 1989 | "Marxism Without Micro-Foundations", <i>Socialist Review</i> , 2, 53-86. |
| Callinicos, Alex | 1976 | <i>Althusser's Marxism</i> . London. |

- Callinicos, A. (org.) 1989 *Marxist Theory*. Oxford New York, Oxford University Press.
- Carling, Alan 1986 "Rational Choice Marxism", *New Left Review*, 160, 24-62.
- Carling, Alan 1988 "Liberty, Equality, Community", *New Left Review*, 171, 89-111.
- Carling, Alan 1990 "In Defense of Rational Choice: A Reply to Ellen Meiksins Wood", *New Left Review*, 184, 97-109.
- Carrillo, Santiago 1978 *Eurocommunism and the State*. Westport, CT, Lawrence Hill and Co..
- Chilcote, Ronald H. 1988 "Capitalist and Socialist Perspectives in the Search for a Class Theory of the State and Democracy". New York, (Comunicação apresentada ao Congresso, "Comparative Politics: Research Perspectives for the Next Twenty Years", New York, City University Graduate School and *Comparative Politics*. Publ. 1991, in Rustow, Dankwart; Erickson, Kenneth (orgs.), *Comparative Political Dynamics: Global Research Perspectives*. New York, Harper and Row.
- Chilcote, Ronald H. 1990 "Post-Marxism: The Retreat from Class in Latin America", *Latin American Perspectives*, 17, 3-34.
- Claudín, Fernando 1978 *Eurocommunism and Socialism*. London, NLB.
- Cohen, Gerald Allen 1978 *Karl Marx's Theory of History: A Defense*. Princeton, Princeton University Press.
- Cooney, Terry A. 1986 *The Rise of the New York Intellectuals: Partisan Review and its Circle*. Madison, University of Wisconsin Press.
- DeGeorge, R. T.; Fernande M. (orgs.). 1972 *The Structuralists: From Marx to Lévi-Strauss*. Garden City, New York, Anchor Books.
- Dussel, Enrique 1990 "Marx's Economic Manuscripts of 1863-63 and the Concept of Dependency", *Latin American Perspectives*, 17.
- Ehrenreich, Barbara 1989 "Rebels without a Clue", *Zeta Magazine*, 2, 12-14.
- Ehrenreich, Barbara; John Ehrenreich 1977 "The Professional-Managerial Class", *Radical America*, 11, 2.
- Elliot, Gregory 1987 *Althusser: The Detour of Theory*. London, Verso.
- Elson, Diane 1988 "Market Socialism or Socialization of the Market?", *New Left Review*, 172, 3-44.
- Elster, Jon 1985 *Making Sense of Marx*. New York, Cambridge University Press.
- Flacks, Dick 1989 "What Happened to the New Left?", *Socialist Review*, 1, 91-110.
- Foster-Carter, Aiden 1978 "The Modes of Production Controversy", *New Left Review*, 107, 47-77.
- Frankel, Boris 1987 *The Post-Industrial Utopians*. Madison University of Wisconsin Press.

- | | | |
|----------------------------------|------|---|
| Geras, Norman | 1986 | "Althusser 's Marxism: An Account and Assessment", in Geras, Norman, <i>Literature of Revolution</i> . London. |
| Geras, Norman | 1987 | "Post-Marxism?" <i>New Left Review</i> , 163, 40-82. |
| Geras, Norman | 1988 | "Ex-Marxism Without Substance: Being a Real Reply to Laclau and Mouffe", <i>New Left Review</i> , 169, 34-61. |
| Gerstein, Ira | 1989 | "(Re)Structuring Structural Marxism", in <i>Rethinking Marxism</i> , 104-133. |
| Gitlin, Todd | 1987 | <i>The Sixties. Years of Hope. Days of Rage</i> . New York, Bantam. |
| Godelier, Maurice | 1973 | "Structure and Contradiction in Capital", in Blackburn, Robin (org.), <i>Ideology in Social Science</i> . New York, Vintage Books, 334-368 |
| Goodwin, Jeff | 1990 | "The Limits of Radical Democracy", <i>Socialist Review</i> , 4, 131-144. |
| Gorz, André | 1980 | <i>Farewell to the Working Class</i> . London, Pluto Press. |
| Hartley, George | 1989 | "Rearticulating Marxism", <i>Socialist Review</i> , 19, 139-146. |
| Hartman, Heidi | 1981 | "The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: towards a more progressive crisis", in Sargent L. (org.), <i>Women and Revolution</i> . Boston, South End Press. |
| Hindess, Barry | 1978 | "Classes and Politics in Marxist Theory", in Littlejohn Gary et al., <i>Power and the State</i> . London, Croom Helm. |
| Hindess, Barry;
Hirst Paul Q. | 1975 | <i>Pre-Capitalist Modes of Production</i> . London, Routledge and Kegan Paul. |
| Hindess, Barry;
Hirst Paul Q. | 1977 | <i>Mode of Production and Social Formation: An Auto-Critique of Pre-Capitalist Modes of Production</i> . New York, Macmillan. |
| Hobsbawn, Eric | 1989 | "Farewell to the Classic Labour Movement?", <i>New Left Review</i> , 173, 69-74. |
| Isaac, Jeffrey C. | 1987 | <i>Power and Marxist Theory: A Realist View</i> . Ithaca Cornell University Press. |
| Isserman, M. | 1987 | <i>If Had a Hammer...</i> New York, Basic Books. |
| Jacoby, Russell | 1987 | <i>The Last Intellectuals: American Culture in the Age of Academe</i> . New York, Basic Books. |
| Jessop, Bob | 1985 | <i>Nicos Poulantzas: Marxist Theory and Political Strategy</i> . London, Macmillan |
| Kagarlitsky, Boris | 1988 | <i>The Thinking Reed: Intellectuals and the Soviet State, 1917 to the Present</i> . London, Verso. |
| Kennedy, Paul | 1987 | <i>The Rise and Fall of the Great Powers</i> . New York, Random House. (1989, Vintage Books). |
| Kieve, Ronald A. | 1988 | "A review of John Roemer (ed.), <i>Analytical Marxism</i> ", <i>Science and Society</i> , 52, 229-232. |

- Kolko, Joyce 1988 *Restructuring the World Economy*. New York, Pantheon. (Recenseado por John Bellamy Foster, "Restructuring the World Economy in a Time of Lasting Crisis", *Monthly Review*, 41, 46-55)
- Laclau, Ernesto; Mouffe, Chantal 1985 *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. London, Verso.
- Laclau, Ernest; Mouffe, Chantal 1987 "Post-Marxism without Apologies", *New Left Review*, 166, 79-106.
- Lebowitz, Michael A. 1988 "Is 'Analytical Marxism' Marxism?", *Science and Society*, 52, 191-214.
- Lefort, Claude 1986 *The Political Forms of Modern Society*, in Thompson, John B. (org.), Cambridge, MIT Press. (Recenseado por Rajeswari Mohan in *Rethinking Marxism*, 2, 141-157).
- Levine, Andrew; Elliot Sober; Erik Olin Wright 1987 "Marxism and Methodological Individualism", *New Left Review* 162, 67-84.
- Marable, Manning 1983 *How Capitalism Underdeveloped Black America*. Boston, South End Press.
- Marx, Karl; Engels, Frederik 1970 *The German Ideology*. New York, International Publishers.
- Mayer, Thomas F. 1989 "In Defense of Analytical Marxism", *Science and Society*, 53, 416-441.
- Miliband, Ralph 1985 "The New Revisionists in Britain", *New Left Review*, 150, 5-26.
- Miliband, Ralph 1989 "Reflections on the Crisis of Communist Regimes", *New Left Review*, 177, 27-36.
- Miller, James 1987 *"Democracy is in the Streets"*. New York, Simon and Schuster.
- Nelson, Cary; Grossberg, L. (orgs.) 1988 *Marxism and the Interpretation of Culture*. Chicago, University of Illinois Press.
- Poulantzas, Nicos 1973 *Political Power and Social Classes*. London, New Left Books, Sheed and Ward.
- Poulantzas, Nicos 1976 *Crisis of the Dictatorships: Portugal, Greece, Spain*. London, NLB.
- Poulantzas, Nicos 1978a *State, Power, Socialism*, London, NLB.
- Poulantzas, Nicos 1978b "The State and the Transition to Socialism", *Socialist Review*, 7, 9-36. (Entrevistado por Henri Weber).
- Przeworski, Adam 1985a *Capitalism and Social Democracy*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Przeworski, Adam 1985b "Marxism and Rational Choice", *Politics and Society*, 14 (4), 379-409.
- Przeworski, Adam 1989 "Class, Production and Politics: A Reply to Burawoy", *Socialist Review*, 2, 87-111.

- Resnick, Stephen; Wloff, Richard D. 1987 *Knowledge and Class: A Marxian Critique of Political Economy*. Chicago, University of Chicago Press.
- Rey, Pierre-Philippe 1973 *Les aliances de classes*. Paris, Maspero.
- Roemer, John 1982 *A General Theory of Exploitation and Class*. Cambridge, Harvard University Press.
- Roemer, John 1986 *Analytical Marxism*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Roemer, John 1988 *Free to Lose: An Introduction to Marxist Economic Philosophy*. Cambridge, Harvard University Press.
- 128 Roemer, John 1989 "Visions of Capitalism and Socialism", *Socialist Review*, 19, 93-100.
- Ross, A. (org.) 1988 *Universal Abandon? The Politics of Post-Modernism*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- Ruccio, David 1988 "The Merchant of Venice, or Marxism in the Mathematical Mode", *Rethinking Marxism*, 1, 36-68.
- Ruccio, David; Simon, L. H. 1986 "Methodological Aspects of a Marxian Approach to Development: An Analysis of the Modes of Production School", *World Development*, 14, 211-222.
- Shaw, William H. 1978 *Marx's Theory of History*. Stanford, University Press.
- Smith, Tony 1989 "Roemer on Marx's Theory of Exploitation: Shortcomings of a Non — Dialectical Approach", *Science and Society*, 53, 327-340.
- Szymanski, Al 1985 "Crisis and Vitalization in Marxist Theory", *Science and Society*, 49, 315-331.
- Thompson, E. P. 1978 *The Poverty of Theory and Other Essays*. London, Merlin Press.
- Wald, Alan M. 1987 *The New York Intellectuals: The Rise and Decline of the Anti-Stalinist Left from the 1930's to the 1980's*. Chapel Hill, University of North Carolina Press.
- Wallerstein, I. 1975 "Class-Formation in the Capitalist World-Economy", *Politics and Society*, 5 (3), 367-375.
- Wallerstein, I. 1986 "Marxisms as Utopias: Evolving Ideologies", *American Journal of Sociology*, 91, 1295-1308.
- Wolff, Richard D.; Resnick, Stephen 1986 "Power, Property and Class", *Socialist Review*, 16, 97-124.
- Wolff, Richard D.; Resnick, Stephen 1987 *Economics: Marxism Versus Neoclassical*. Baltimore, Johns Hopkins Press.
- Wood, Ellen M. 1986 *The Retreat from Class: A New 'True' Socialism*. London, Verso.
- Wood, Ellen M. 1989 "Rational Choice Marxism: Is the Game Worth the Candle?" *New Left Review*, 177, 41-88.
- Wright, Erik Olin 1978 *Class, Crisis and the State*. London, NLB.

- Wright, Erik Olin 1984 "A General Framework for the Analysis of Class Structure", *Politics and Society*, 13, (4), 383-423.
- Wright, Erik Olin 1985 *Classes*. London, NLB.
- Wright, Erik Olin 1988 "Exploitation, Identity and Class Structure: A Reply to my Critics", *Critical Sociology*, 15, 91-110.
- Wright, Erik Olin 1989 "What is Analytical Marxism?", *Socialist Review*, 4, 35-56.